

Edição v. 41
número 2 / 2022

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 41 (2)
mai/2022-ago/2022

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

DOSSIÊ

Corpos em rede e o direito de aparecer:
o Dia da Visibilidade Trans no YouTube

Networked bodies and the right to
appear: Trans Visibility Day on YouTube

MORENA MELO DIAS

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: morena.melo@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6227-788X.

EDINALDO ARAUJO MOTA JUNIOR

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: eamotajr@gmail.com. ORCID: 0000-0002-4022-6106.

JULIANA FREIRE GUTMANN

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: jugutmann@gmail.com. ORCID: 0000-0002-4760-670X.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

DIAS, Morena Melo; MOTA JUNIOR, Edinaldo Araujo; GUTMANN, Juliana Freire. Corpos em rede e o direito de aparecer: o Dia da Visibilidade Trans no YouTube. *Contracampo*, Niterói, v. 41, n. 2, p.1-18, mai/ago. 2022.

Submissão em: 27/10/2021. Revisor A: 06/02/2022; Revisor B: 04/03/2022; Revisor B: 21/03/2022. Aceite em: 21/03/2022.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v41i2.52078>

Resumo

Propomos discutir modos de construção de visibilidades trans em produções audiovisuais no YouTube tomando o Dia Nacional da Visibilidade Trans como performance. Assumimos a data como ponto de partida para refletir sobre a potência de corpos dissidentes, vistos enquanto corpos em aliança (em rede), frente ao regime de traumas e violências ao qual são submetidas essas pessoas pelas políticas de gênero do capitalismo global. Analisamos um conjunto de publicações em circulação na plataforma em alusão ao Dia da Visibilidade a partir de abordagem teórico-metodológica que articula performance e performatividade de modo a compreender constituições de outros roteiros de ações e incorporações que apontam para novas possibilidades de existência e pelo direito de aparecer.

Palavras-chaves

Transgeneridade; YouTube; Performance.

Abstract

We propose to discuss the ways in which trans visibility is constructed in audiovisual productions on YouTube by taking the National Day of Trans Visibility as a performance. We take the date as a starting point to reflect about the power of dissident bodies, seen as bodies in alliance (bodies in a network), against the regime of trauma and violence to which these persons are submitted by the gender policies of global capitalism. We analyzed a set of publications in circulation on the platform alluding to the Day of Visibility based on a theoretical and methodological approach that articulates performance and performativity in order to understand constitutions of other scripts of actions and incorporations that point to new possibilities of existence and to rights to appear.

Keywords

Transgender; YouTube; Performance.

Introdução

No dia 29 de janeiro de 2004, uma campanha realizada pelo programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde, que contou com a participação de 27 lideranças dos principais grupos ativistas trans do país (BIANCARELLI, 2004), tornou-se marco na trajetória de um movimento social historicamente invisibilizado e exposto a inúmeras formas de violência. O Dia Nacional da Visibilidade Trans passou a integrar o calendário de datas afirmativas do país, uma ação mantida pelos coletivos ativistas na luta por políticas públicas e pelo combate a violência e marginalização das pessoas trans.

Uma das formas de existência (e resistência) da data se dá pelo seu espalhamento nas redes sociais em uma trama de rituais e formas expressivas incorporadas por sujeitas e sujeitos que encenam, reencenam, configuram e reconfiguram suas visibilidades enquanto prática política. Partindo desta constatação, este artigo propõe mapear e discutir roteiros de construção de visibilidades trans no Brasil a partir de produções audiovisuais dispostas no YouTube que fazem alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de janeiro). Nosso esforço analítico e contextual busca apreender os engajamentos em torno das dissidências sexuais e de gênero tomando esta data como performance, nos termos de Diana Taylor (2013). Para a identificação e análise desses roteiros, apostamos numa abordagem teórico-metodológica que articula essa noção de performance com o conceito de performatividade, de Judith Butler (2003; 2019).

Acionamos a performance como chave teórico-metodológica de um estudo exploratório dessas expressões sobre a data em circulação no YouTube, buscando analisar como as materialidades dos audiovisuais nos permitem configurar contextos mais amplos de luta da população trans. Com esse gesto, objetiva-se compreender tensões e disputas que atravessam ações performadas e performatizadas em torno da transgeneridade no Brasil a partir das reivindicações de aparecimento do Dia da Visibilidade Trans no YouTube. Essa afirmação implica um duplo e desafiador investimento conceitual tanto sobre a performance, como categoria analítica do fenômeno, quanto sobre a performatividade, como dimensão de ancoragem para pensar identidades de gênero e suas formas de existir em aliança.

Quando observamos a ocupação de corpos transgêneros nas ambiências digitais, é interessante observar como o Dia da Visibilidade Trans se realiza e se apropria do YouTube enquanto repositório de gestos e ações permanentemente atualizados. Na plataforma, são arquivadas transmissões ao vivo de eventos e palestras, performances artísticas, vídeos documentais, reportagens, videocliques, *vlogs* etc. em alusão à data produzidos não apenas pelos sujeitos e sujeitas trans e organizações ligadas à causa, mas também por instâncias dos poderes executivos, do terceiro setor, marcas, youtubers, usuários e por veículos da imprensa. Esse material é revestido por outras camadas de sentido (*likes, dislikes, comentários, compartilhamentos* etc.) que tecem uma rede de alianças para a existência do Dia como um ato performático.

Como tal, o fenômeno nos parece potente como lugar de incorporação de repertórios sobre outros modos de sentir, habitar o mundo e constituir presença em coletivo não previstos pelo poder cis-heteronormativo e cis-heteropatriarcal. A ocupação ao *cis*-tema, enquanto ação micropolítica, nos permite ver a potência dos corpos dissidentes diante do alto grau de perversão do capitalismo global. Esses corpos atuam como uma espécie de campo de forças que cria “espaço de alteridade” a partir do qual nos sentimos exigidos a reinventar os termos da subjetividade e da política de identidade binária (ROLNIK, 2018). Seguimos Mombaça (2016), para quem o projeto de “colonialidade” e “cristianização” exige que os corpos trans, “as monstruosas”, como afirma, existam no espaço da norma para travar uma “batalha inglória e arriscada” (MOMBAÇA, 2016, p. 344), se levarmos em conta os ricos de exclusão dos saberes institucionais.

Ao refletir sobre o Dia da Visibilidade Trans e as violências às quais são expostas cotidianamente, Vergueiro (2015) afirma que, para além das pautas e demandas políticas da população (por dignidade,

acesso ao mercado de trabalho, saúde etc.), é preciso que se multipliquem e se complexifiquem as perspectivas, narrativas e a constituição dos saberes trans para si e para as demais. “Em termos de como lidam com seus corpos, expressões de gênero e interações sociais (institucionais ou não), de maneira que se ampliem os horizontes de sua (nossa) inserção no mundo” (VERGUEIRO, 2015, p. 215). A data, similar a outras mobilizações políticas em torno das questões de gênero, como o Dia Internacional de Combate à Homofobia (17 de maio), o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ (28 de junho), o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto) e o Dia da Visibilidade Intersexual (8 de novembro), atua aqui, portanto, como operador de partilhas que nos deixa ver como se reivindica o aparecimento dessas expressões de gênero e como tensões e disputas envolvidas nesse processo se evidenciam em rede.

A escolha do YouTube para a observação do fenômeno se justifica pela forte presença e visibilidade de pessoas trans na plataforma (YU, 2017; GUTMANN et al., 2019) e por esta rede ainda ser a mais utilizada no país para difusão de vídeos. Ao todo, o Brasil tem 105 milhões de usuários mensais, figurando como o segundo país do mundo com mais horas assistidas. A expansão dos usos da plataforma por parte de dissidências e sua maior presença em novelas, séries e reality show ocorrem de modo concomitante ao contexto de ascensão da extrema direita no Brasil, que tem as questões de gênero como parte da sua disputa política institucional e viabiliza, através das redes, ostensiva violência direcionada a essa população.

O procedimento metodológico que guiou a construção do *corpus* deste estudo empírico se pautou na noção de vetor audiovisual (GUTMANN, 2021): fenômeno ou acontecimento que dispara um conjunto de expressões audioverbovisuais e cujo rastreamento, nas redes sociais, deve ser feito pelo pesquisador tendo como referência seu problema de pesquisa. Por esta acepção, a data é analisada como vetor que dispara uma trama de audiovisuais nas ambiências digitais. A partir da busca realizada em março de 2021 com raspagem de dados (*webscrapping*) com uso do termo *Dia da Visibilidade Trans*, mapeamos um conjunto de publicações difundidas entre 2017 e 2021, totalizando 230 vídeos. Com o termo de busca, obtivemos uma lista de links que utilizaram ou o termo na descrição ou as *tags* #DiadaVisibilidade, #VisibilidadeTrans e #Trans. Para a análise mais detida, selecionamos, desse universo, oito publicações oriundas de quatro tipos de fontes: imprensa (incluindo grandes mídia e veículos independentes), setores governamentais, organizações não governamentais e artistas. O critério de seleção do *corpus* para esse tratamento analítico mais aprofundado buscou articular discursos de ordem pública e privada, do âmbito governamental e da sociedade civil, do campo político e artístico.

Compõem o material analisado os seguintes audiovisuais disponíveis no YouTube: Dia da Visibilidade Trans – Prefeitura de Salvador; Dia da #VisibilidadeTrans 2021 – ONU Brasil; Live Dia da Visibilidade Trans – PSOL na Câmara; Dia Nacional da Visibilidade Trans é celebrado com palestras – Balanço Geral Manhã – TV Atalaia; Pluralidades – Ep. 6 – Neon Cunha – Ponte Jornalismo; Leandrinha Du Art – Dia da Visibilidade Trans – Mídia Ninja; Viver, brilhar e arrasar! | Dia Nacional da Visibilidade Trans – Linn da Quebrada; Visibilidade trans: a história de Thais de Azevedo – Catraca Livre. O protocolo para tratamento desses vídeos mobilizou um conjunto de categorias pertinentes à performance (roteiro, arquivo, corpo e repertório) para análise das materialidades do audiovisual na plataforma (cor, cenário, figurinos, falas, gestualidades, intervenções gráficas, comentários, *tags* etc.) em articulação com seus contextos culturais, sociais e políticos. Num segundo momento, acionamos a noção de performatividade que nos guiou na identificação dos regimes de violência tensionados nas narrativas e discursos.

No campo da comunicação no Brasil, diversas pesquisadoras e pesquisadores têm investido em abordagens articuladas aos estudos de gêneros e sexualidades para dar conta dessas dinâmicas de expressões midiáticas em rede que desestabilizam as inscrições normativas das corporalidades (XAVIER et al., 2016; LEAL; ANTUNES, 2019; DIAS, 2021; ROCHA, 2021; DIAS et al., 2021; YU et al., 2021; MENDONÇA et al., 2021, dentre outros). Em consonância com esses autores e autoras, interessa-nos perspectivas teórica-metodológicas que dão ênfase à dimensão da experiência e às diferentes realidades e nuances sócio-

históricas do fenômeno (LEAL; ANTUNES, 2019). Assim, se compreendemos que práticas de ódio contra dissidências integram um complexo regime de violência que é sistêmico, que em seu agir performativo hierarquiza e oprime vivências não hegemônicas (MENDONÇA et al., 2021), nosso desafio, neste trabalho, é observar a força performática de certas mobilizações trans nas redes sociais digitais, como forma em ação diante desse regime de violências (MOTA JUNIOR, 2022).

O artigo está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais, nas quais buscamos apresentar os resultados do estudo empírico de modo articulado aos referenciais teóricos e metodológicos que constituíram nosso protocolo analítico. Num primeiro momento, discutimos relações entre performance, roteiro e memória incorporada, a partir de Diana Taylor (2013), para, em seguida, refletir sobre como corpos transgêneros configuram espaços de interação para construção de formas coletivas, de outros saberes, sensibilidades e engajamentos identitários em torno do Dia da Visibilidade Trans no YouTube visto como performance. Num terceiro momento, pautados em articulações entre a noção de performance e o entendimento de Judith Butler sobre performatividade, analisamos as ações vistas enquanto um agir coletivo que reivindica existência na esfera pública. A luta pelo direito de aparecer, que se deixa ver nas formas audioverbovisuais aqui mapeadas, é discutida como um direito que instaura o corpo no campo político.

Com base nos achados analíticos, compreendemos as ações e interações, que ocorrem nas ambiências digitais, como um direito que, em sua força expressiva, transmite uma exigência corporal por condições econômicas, sociais e políticas “não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária” (BUTLER, 2019, p.11). Mais do que tentar apreender o fenômeno localizado num dia específico, buscamos refletir sobre a configuração de alianças de sujeitos e sujeitas que querem ser vistos e vistas para além das suas identificações, e que por isso precisam e merecem o direito de uma vida possível de ser vivida sem a ameaça da violência.

Performances, roteiros e memórias incorporadas

Nosso gesto de investigação busca acessar as relações que se colocam entre performatividade e performance, a partir da observação dos audiovisuais em rede (GUTMANN, 2021) como lugares de constituição de engajamentos identitários de corpos trans (corpos vistos em rede de alianças). Para olhar fluxos audiovisuais nas ambiências digitais, Gutmann (2021) considera a noção de performance como conceito metodológico, a partir das contribuições de Schechner (2006) e Taylor (2013), que permite acessar as culturas nas ambiências digitais não apenas pelo ato performado por um corpo, mas pelos variados processos de interação que esse corpo aciona. Por audiovisual em rede, entende a trama de expressões audioverbovisuais (vídeos, comentários, reações etc.) que constitui o tecido comunicativo de um determinado fenômeno (GUTMANN, 2021).

Ao propormos olhar o Dia da Visibilidade Trans no YouTube como performance, seguimos Schechner (2006) para quem eventos podem ser vistos como performances, ou seja, como manifestações cotidianas que se dão em formas em ação e envolvem interações, repetições e restaurações. Eventos *como* performances mostram comportamentos que expressam um saber-fazer e um fazer-criar do jogo e das formas (SCHECHNER, 2006), como espécie de memórias em ação.

Numa perspectiva similar, Taylor (2013) aposta numa compreensão da performance enquanto práxis e, especialmente, episteme. Performances envolvem reiteração, transmissão de conhecimento, temporalidades e identidades, e constituem uma espécie de lente metodológica pela qual podemos *escavar* memórias culturais incorporadas, não apenas em processos de reiterações, mas também em sua dimensão antropofágica, aglutinadora e transcultural diante dos processos de colonização nas Américas (TAYLOR, 2013). É nessa direção que a autora investe no tema do arquivo e do repertório como possibilidades de acessar as performances. Apesar de distinguir o que seria da ordem do arquivo, os

materiais supostamente duradouros como livros, vídeos, fotografias etc., e do repertório, associado, geralmente, ao fugaz, às danças, gestualidades, oralidades etc., Taylor não os entende enquanto fraturas. Ao contrário, é no jogo de articulações entre arquivos e repertório que se constituem as performances.

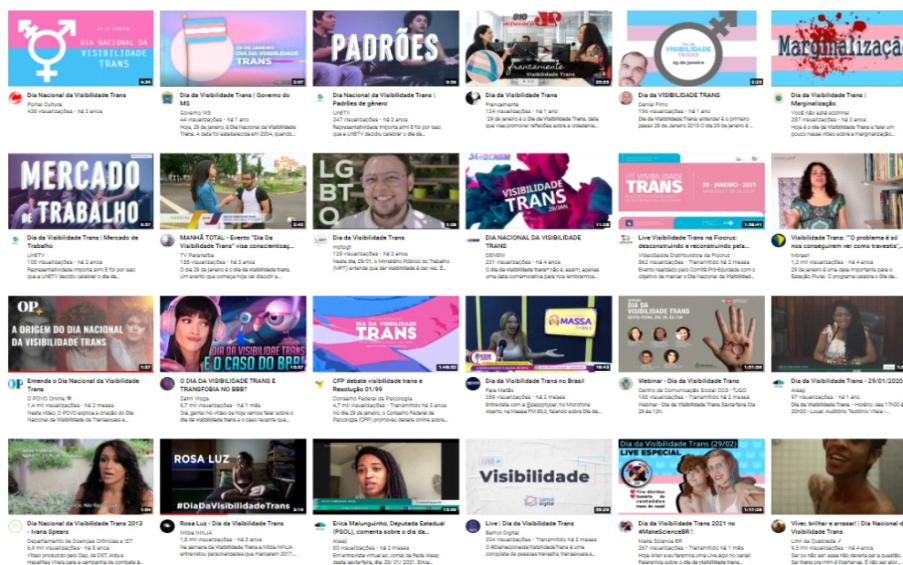
Olhar eventos como performance não significa circunscrever acontecimentos-limite, e sim buscar os roteiros que conformam imaginários coletivos e indicam disputas de poder e possibilidades de rasura. Ao se afastar de uma análise estritamente textual ou narrativa, Taylor (2013) considera que os roteiros permitem historicizar práticas culturais específicas. Roteiros incluem a cena como lugar físico/cenográfico e as corporalidades dos atores sociais. São estruturas que deixam sempre margem para a inversão, ruptura e mudança, e por isso valem-se de uma gramática que articula variadas práticas discursivas e performáticas (a escrita, a oralidade, a mímica, o gesto etc.). Também pressupõem interlocução, ou seja, posicionam sempre um *outro* como parte do “ato de transferência” (sejam participantes, espectadores ou testemunha). Por fim, o roteiro não é necessariamente mimético, ele se faz por restauração e não imitação ou duplicação, daí reside a potência da ideia de transculturalidade (TAYLOR, 2013).

Essa reencenação, embora carregada de memórias incorporadas que impelem a nossa expectativa/ reação a um final esperado ou possível (SOARES, 2016), também aponta para mudanças e reinvenções. Em uma viagem ao roteiro do Dia da Visibilidade Trans no Brasil, percebemos, de saída, como a luta das pessoas trans estabelece diálogo com roteiros já encenados, como veremos, ao tempo que disputa alternativas de existência para além da norma binária, reivindicando melhores roteiros, nos termos de Taylor (2013), para essa população.

Dia da Visibilidade Trans como performance

Quando imergimos no YouTube, a partir da busca *Dia da Visibilidade Trans* ou da hashtag #VisibilidadeTrans, a plataforma nos oferece algo em torno de 230 postagens. Há vídeos institucionais de partidos políticos, de órgãos do poder executivo e de entidades de classe profissional. Encontramos também audiovisuais produzidos por veículos de imprensa de espectro nacional e regional, além de uma série de produtos individuais e coletivos, debates ao vivo, vlogs e performances artísticas/audiovisuais. Nessa rede de expressões audioverbovisuais, destaca-se o uso das cores da bandeira trans nas *thumbnails*, imagens que funcionam como miniatura, destaque e/ou manchete dos conteúdos audiovisuais no YouTube.

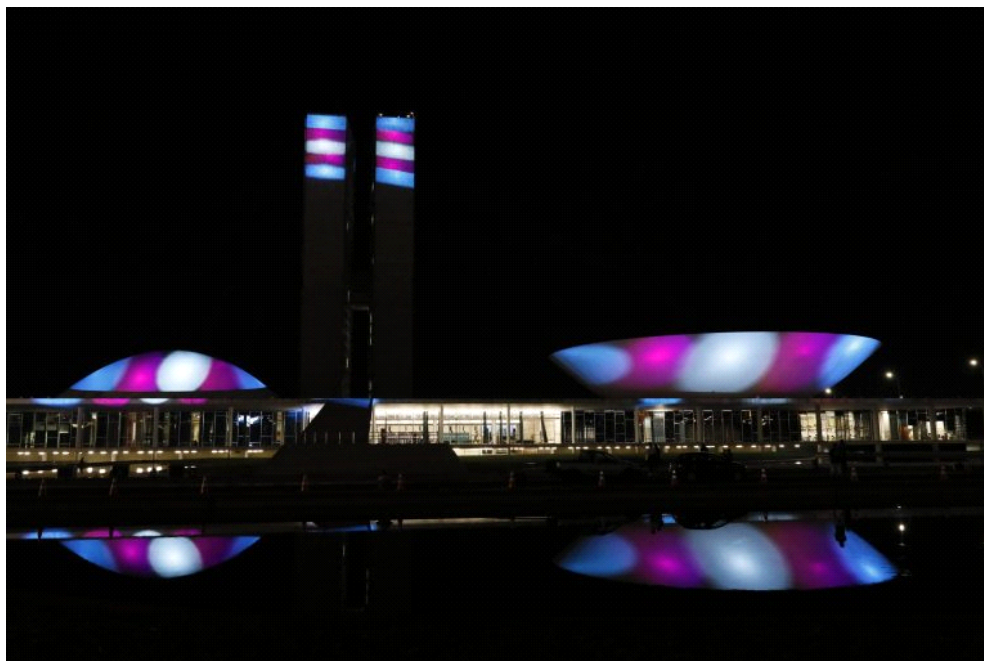
Imagem 1 – Seção de busca do YouTube resalta cores da bandeira trans



Fonte: YouTube

Nesse espalhamento do uso das cores da bandeira, impera um sentido de ocupação, que aparece também nas manifestações que marcam o dia pelas ruas do país e em espaços de poder institucional. Em 2021, por exemplo, o Congresso Nacional foi iluminado com as cores da bandeira trans pela primeira vez (ver Imagem 2). Nas ruas e/ou nas redes, nos chama a atenção o crescimento, nos anos recentes, de canais e perfis no YouTube que tematizam as experiências transgêneras. Conteúdos audiovisuais trans ganham visibilidade na plataforma e constituem lócus de partilha de experiências a partir do relato de si (YU, 2017; GUTMANN et al., 2019).

Imagem 2 – Prédio do Congresso iluminado com as cores da bandeira trans



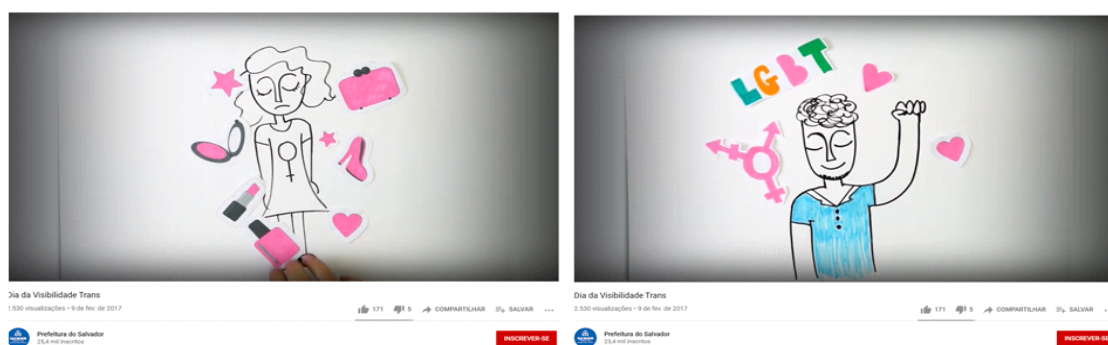
Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

Ao se colocarem presentes nas redes sociais, corpos trans disputam as plataformas como espaço(s) público(s) onde se pode aparecer e agir. Concordamos com Yu (2017), para quem, essa ocupação ajuda a “tomar de assalto as narrativas”, e disputar não apenas visibilidades, mas “a própria definição de nossas identidades” (YU, 2017, p. 119).

Esses regimes de visibilidade nas e pelas redes sociais digitais são entendidos por Pereira de Sá e Polivanov (2012) como modos de performatização de identidades. O conceito de autoreflexividade proposto por Anthony Giddens é apropriado pelas autoras como mecanismo de construção das “narrativas de si”, em que o valor de autenticidade é convocado pelo sentido de “história partilhada” (PEREIRA DE SÁ e POLIVANOV, 2012), continuamente construído e negociado entre os atores. Essa dinâmica é denominada de “coerência expressiva”, “processo que se dá em tensão, sujeito a ruídos, uma vez que sempre atravessado pela relação com os outros atores da rede sócio-técnica” (PEREIRA DE SÁ e POLIVANOV, 2012, p. 581).

No vídeo publicado pela Prefeitura de Salvador (Imagem 3), em 2017, a data é abordada a partir do relato de um estagiário sobre o seu processo de transição: sapatos altos e maquiagens aparecem na tela, no momento em que a personagem explica, em voz *off*, que é um homem trans porque não se identificava com o universo feminino. As corporalidades convocadas pelas ilustrações reforçam a cisão binária, enquanto a montagem evoca uma narrativa hegemônica sobre o que é ser mulher/homem, configurando o destino da pessoa trans ao enquadramento em duas possibilidades de identificação.

Imagem 3 – Cisão binária em vídeo da Prefeitura de Salvador



Fonte: YouTube

Os relatos de si podem ser vistos também nos depoimentos de ativistas trans em outros vídeos institucionais. No vídeo da ONU Brasil (Imagem 4) de 2021, os tons de rosa, azul e branco da bandeira trans aparecem como pano de fundo da imagem de um smartphone na horizontal que, por sua vez, exibe depoimentos em formato documental. Embora cada história seja singular, todas parecem ser atravessadas por uma questão em comum: a violência.

Imagem 4 – Relato de lideranças trans em vídeo da ONU Brasil



Fonte: YouTube

Palavras como *luta*, *visibilidade*, *marginalizada* e *direitos* se repetem nos depoimentos que são intercalados com dados sobre o cenário violento do Brasil para pessoas trans. O vídeo da ONU Brasil assinala que 175 pessoas trans foram assassinadas no país em 2020, de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Segundo o levantamento, esse número pode ser ainda maior, se considerada a subnotificação dos casos, principalmente quando dizem respeito a homens trans, como pontua o dossiê “pelo não reconhecimento de suas identidades de gênero” (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021).

Quando instituições como a ONU Brasil, o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Salvador; canais de universidades, como a UNBTV; veículos de comunicação, como a TV Cultura; youtubers e grandes gravadoras da indústria fonográfica, como a Universal Music, criam conteúdos sobre a data, para além do discurso construído nos audiovisuais, emerge, de maneira mais ampla, uma teia engendrada nas e pelas redes que deixa ver o Dia da Visibilidade Trans como performance. A partir de uma dinâmica de governabilidade, as referências à data fazem “partede práticas e eventos que envolvem comportamentos ensaiados, teatrais ou convencionais/apropriados para a ocasião” (TAYLOR, 2013, p. 27).

Nesses comportamentos “apropriados para a ocasião”, observamos a recorrência de depoimentos relacionados à violência, materiais educativos que explicam o que é a transgeneridade, relatórios e dossiês realizados por instituições como a ANTRA, assim como a valorização de casos de exceção de pessoas que prosperaram, mesmo diante do processo de abjeção das pessoas trans no Brasil. Além dos conteúdos, é possível observar convenções audiovisuais com o uso de depoimentos em formato documental, relatos em

primeira pessoa conectados à forma narrativa do vlog, enquadramentos de câmera televisivos, formatos de reportagens, dinâmicas gestuais e corporais que se conectam às apresentações realizadas em marchas e paradas como a LGBTQIA+.

Dentre esses atos convencionais, observamos a força da institucionalidade no Brasil ao percebermos a quantidade de materiais postados por emissoras televisivas, programas de rádio e entidades profissionais, a maioria relacionadas à área da saúde. Na cobertura jornalística, a data comemorativa ganha dimensão de notícia a partir do relatório anual divulgado pela ANTRA. Os esforços da Associação na produção do dossiê da violência contra as pessoas trans e sua exposição midiática seguem os atos encenados pelas principais organizações em defesa dos direitos humanos, garantindo seu lugar de porta-voz da luta transgênera no Brasil. Em contrapartida, a posição midiática da entidade como fonte oficial endossa o grau de institucionalidade, por parte do jornalismo brasileiro, em relação à omissão da cobertura da transfobia no país. Apenas se noticia os fatos quando divulgados pela associação civil.

Outro ponto importante identificado nas análises é como os movimentos sociais têm utilizado a plataforma para mobilizações políticas. Em 2021, o PSOL escolheu a data para realizar, da Câmara dos Deputados, transmissão ao vivo em seus perfis no YouTube e no Facebook, expondo, em pequenas janelas, parlamentares recém eleitas. A dimensão coletiva materializada no mosaico de imagem revela não apenas o crescimento quantitativo das candidaturas, mas aponta para um importante vetor de transformação na cultura brasileira a partir da inserção de sujeitos e sujeitas trans nos espaços de poder do Estado.

Muitas das parlamentares vistas nos vídeos integram mandatos coletivos. Estes têm despontado na política brasileira a partir de redes de alianças que questionam a centralidade das decisões políticas em uma única figura. Os mandatos coletivos buscam inserir mais corpos ao coletivo da política. A presença dos corpos trans nesses mandatos tem tensionado valores e sentidos da sociedade, mudando também a própria paisagem visual da política institucional brasileira.

Ao tomar o Dia da Visibilidade Trans como performance, é possível perceber que esses atos e ações encarnam um gesto comum pelo direito de reescrever o roteiro da existência transgênera no país. São formas de acessar os próprios termos do sistema normativo – os espaços midiáticos – para constituir espaços de reescritura daquilo que é concebido como normal, natural, orgânico (PRECIADO, 2014, p. 168). Isso indica um modo insistente e persistente na construção de outras realidades em espaços onde operam micropolíticas: em assembleia, coletivos, agrupamentos, grupos de seguidores que se acolhem e se apoiam.

Fricções férteis: performance, performatividade e o direito de aparecer

Ao propormos olhar o evento Dia da Visibilidade Trans como performance, foi necessário delinear os modos de produção das corporalidades agenciadas no roteiro da data comemorativa. Entendemos essas corporalidades como práticas discursivas produzidas em um sistema regulatório capaz de normatizar modos de expressar gênero e sexualidade, em referência a uma espécie de realidade do gênero que é performativa (BUTLER, 2003). Nesse caso, a performatividade não se reduz a uma adjetivação da performance, porque opera ela própria um modo de produção da linguagem a partir da repetição dos atos. Performance e performatividade são conceitos distintos, mas entendemos com Dias (2021) ser possível construir certas conexões e fricções férteis para pensar a identidade de gênero na sua relação com a luta transgênero.

Avançamos com a articulação performance/performatividade para pensar como as estruturas opressoras atribuem à existência trans uma invisibilidade assentada em um regime de verdade sobre o gênero com consequências traumáticas. Com Grada Kilomba (2020) e sua inspiração no pensamento freudiano, entendemos que a repressão se constitui no afastamento de algo do consciente. A ideia se

aproxima do que Butler (2003) nomeia de processos de abjeção, calcados na repetição cumulativa da performatividade como aprisionamento do gênero em normas; uma exclusão simbólica produtora de violência.

Como podemos constatar nos audiovisuais analisados, as normatividades que tentam estabilizar modos de expressão de gênero e sexualidade sobre os corpos, operadas pelo Estado, pelo capital, pela medicina e psicanálise, por exemplo, estão imbuídas de conflitos de interesses. Assim, o sexo e a identidade de gênero têm sempre uma dimensão política, o que nos leva a pensar que uma das maneiras de renegociar o binômio sexo/identidade de gênero é disputar novos modos de compreendê-los

O material analisado no presente artigo aponta para um saber produzido sobre a transgeneridade, um saber incorporado e performativo que, em alguns momentos, disputa o *status quo* e, em outros, principalmente quando proveniente de setores institucionais, reforça o binarismo homem/mulher, sexo/gênero. Enquanto os relatos de si, geralmente, configuram saberes trans, na cobertura jornalística feita pela grande mídia, por exemplo, reencena-se um roteiro normativo no qual se funda o patriarcado e outros modos de opressão que o constituem, como o racismo genderizado (KILOMBA, 2020). Para Taylor (2013), o roteiro se delinea em narrativas históricas que são reencenadas ora reforçando paradigmas, ora disputando-os, como potência transformadora, na medida em que novas histórias são contadas.

O Dia da Visibilidade Trans no YouTube segue roteiros encenados em atos políticos e datas afirmativas, tais como os movimentos feministas e étnico-raciais, para citar alguns exemplos. Entretanto, a própria ação pelo reconhecimento da identificação trans propõe uma fronteira em relação a quem pode ser reconhecido como transgênero. E se há um limite, há também exclusão. Com isso, nos perguntamos: se algumas corporalidades dissidentes conseguem ultrapassar as margens e aparecer no Dia da Visibilidade, quais são relegadas a um segundo plano, à invisibilidade e ao esquecimento? O próprio dossiê da ANTRA (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021) traz uma pista, também encontrada nos materiais analisados. Pessoas não binárias sofrem ainda mais exclusão “devido à invisibilidade dessa população ou a falta de conhecimento/interesse sobre a diversidade de gênero”, como pontua o relatório da entidade ao se referir a ausência de notificações de mortes dessa população.

Pela trama audiovisual construída neste estudo, foi possível identificar a instituição jornalismo como dimensão reguladora e castradora desses corpos, cuja cobertura diária geralmente define sua invisibilidade a uma condição precária, a partir do quadro narrativo da violência e da marginalidade. A mesma TV que se coloca como aliada dos movimentos trans no Brasil no Dia da Visibilidade, dando espaço para uma de suas militantes (Imagem 5), como na reportagem disponibilizada no ano de 2020, também expõe, na cobertura sobre transfeminicídio difundida em 2018, o corpo de uma travesti morta, enquanto se refere a ela pelo nome masculino, não reconhecendo sua identidade de gênero (Imagem 6).

Figura 5 – Reportagem com Linda Brasil na TV Atalaia (SE)



Fonte: YouTube

Imagem 6 – Cobertura de transfeminicídio na TV Atalaia (SE)



Fonte: YouTube

Esses arquivos expõem a continuidade de certas práticas que integram um projeto de poder em relação à aniquilação de corpos dissidentes. Já na entrevista dada ao projeto Ponte Jornalismo em 2021, Neon Cunha, ativista negra e transgênera, cita a Operação Tarântula, que ocorreu durante o golpe militar, quando travestis eram perseguidas por forças policiais e instaurou-se uma ação de *higienização* dos espaços urbanos (VIEIRA e BAGAGLI, 2018). Segundo Neon Cunha, Estado e imprensa se uniam. “O delegado José Wilson Richetti passava a agenda das batidas aos jornalistas para que estes pudessem cobrir adequadamente o espetáculo da limpeza promovida pelo Estado” (SANTOS, 2021). Essa remissão, identificada na fala de Neon Cunha, aponta não só para algo do passado, mas também para uma espécie de resíduo que opera ainda no presente e se corporifica no trauma vinculado a esse estado denominado por Kilomba de “absoluta outridade” (2020, p. 40), aquilo que priva certos sujeitos de uma conexão com

a sociedade, constituída a priori como cisgênero, heterossexual e branca.

A Operação Tarântula exemplifica como as distintas temporalidades e espacialidades, que se cruzam nas ambiências digitais, podem ser lidas como hipertextualidade, um “texto que se deixa apagar, mas não de todo, possibilitando que o passado apagado surja, embora borrado, nas entrelinhas que escreve o comprimido e nervoso presente” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 117-118). Também nos dizem sobre memórias apagadas ou restritas, que agora se espalham pelas redes, ressurgem e são reescritas em múltiplos corpos.

O acesso a essas memórias incorporadas, que estariam na ordem do repertório, conforme Taylor (2013), passa a ocupar o arquivo – o YouTube – que integra a estrutura que sustenta as lógicas do poder e de regulações dos corpos. Em outras palavras, o aprendizado incorporado de exclusão e violência às pessoas que desviam das normas de gênero atravessa o cotidiano e se consolida também no arquivo, na imprensa e na história oficial, em uma relação mútua entre modos de opressão e processos de abjeção. Butler (2019) atenta para a opressão das imagens midiáticas que ou nos paralisam em comoção ou nos afetam como uma solicitação ética de ação para expressar objeções e registrar a resistência (BUTLER, 2019).

Um vídeo, publicado pelo Mídia Ninja em 2018 é bastante combativo ao trazer o relato da youtuber e ativista Leandrinha du Art, mulher trans com deficiência que atua no enfrentamento ao capacitismo. No vídeo do Mídia Ninja, Leandrinha combate o esquecimento que tenta colocar os corpos deficientes como desprovidos de desejos e, portanto, menos visíveis nos espaços sociais. Pensando com Taylor (2013), as corporalidades trazem saberes absorvidos com a ação que guardam e transformam coreografias de sentido.

Posicionamos a ideia da autora de ação incorporada em diálogo com a noção de gênero de Butler (2003), entendido como uma série de atos reencenados em um contexto regulador, que produz a aparência de algo sólido e natural. Como proposta para acessar o caráter construído do gênero, Butler (2003) traz a noção de performatividade, revirando os feixes discursivos, uma espécie de implosão da cisão binária para pensar o deslocamento das categorias de identidades.

Judith Butler sugere esse descolamento como abertura possível à multiplicidade e direciona o olhar para a resistência à sedimentação de significantes naturalizados. Nessa perspectiva, considerar a desidentificação é observar as recusas, as falhas, os desvios na agência de performatividade que oferecem novas possibilidades de existência. A performatividade é, então, compreendida como um processo engendrado na heteronormatividade, pelo qual corporalidades desviantes são violentamente excluídas em detrimento das corporalidades que são legíveis, que importam e são validados pela lei, pela psicanálise, pela medicina e demais instituições, atravessados pelo que a autora denomina como direito de aparecer.

A reivindicação de habitar os trânsitos e desidentificações pode ser vista como “uma reivindicação que está ligada ao direito de aparecer em público e que está implicitamente ligado a todas as outras lutas para aparecer nas ruas sem a ameaça da violência” (BUTLER, 2019, p. 62). Nessa perspectiva, se uma suposta coerência entre sexo/gênero torna alguém viável e é condição ao reconhecimento daquele corpo, o sexo é, então, a premissa pela qual a normatividade se anuncia e habilita os sujeitos e sujeitas à inteligibilidade e ao reconhecimento. Avançamos para pensar que se um corpo possível, viável e coerente é um corpo também visível, a esfera da visibilidade estaria vinculada a uma vida enquadrada à norma, performatizando o gênero em seus binarismos.

Para avançar na questão sobre o processo de desidentificação, acionamos um audiovisual de Linn da Quebrada, publicado em seu canal no YouTube em 2017. Nele, a cantora e atriz travesti “performa a própria existência, ou re-existência (...) em um ativismo auto reflexivo” (ROCHA e REZENDE, 2021, p. 110). Dentre os audiovisuais em rede do Dia da Visibilidade Trans, o de Linn da Quebrada chama a atenção por friccionar a performatividade via performance, questionando a própria noção biologizante do gênero. Ela aparece cantando sua música *blasFêmea* em que diz “Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher/

Ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher”. Nos primeiros segundos do vídeoproduzido para a data, a cantora se mostra trajando calcinha justa, com a genitália demarcada, enaltecendo que sua identificação feminina nada tem a ver com o seu órgão sexual. O vídeo (Imagem 7) segue intercalando imagens de shows da artista, com imagens íntimas em um camarim, entre banhos e maquiagens que deixam ver alianças ressaltadas no trecho da canção: “Batam palmas para as travestis que lutam para existir/e a cada dia batalhando conquistar o seu direito de viver, brilhar e arrasar”.

Imagem 7 – Frames do vídeos de Linn da Quebrada



Fonte: YouTube

Também na data, no canal do portal Catraca Livre, Thaís de Azevedo conta sua história e se localiza no papel de uma sobrevivente: travesti com 70 anos, afirma que sempre a colocaram no lugar de *mulherzinha*, e quando ela se desidentifica, não a reconhecem como mulher. No relato de Thaís, difundido em 2020, sua recusa à mudança dos registros civis, com a manutenção do nome masculino no documento, é considerada um ato de resistência em si, na medida em que sua identificação de gênero se constitui em um espectro mais amplo que a cisão binária. “É uma ostentação de resistência. Colocar lá no meu documento Thais Azevedo, gênero feminino, eu estou me adequando a única possibilidade que é o gênero feminino ou masculino”, afirma Thaís.

Imagem 8 – Thaís de Azevedo em entrevista ao Catraca Livre

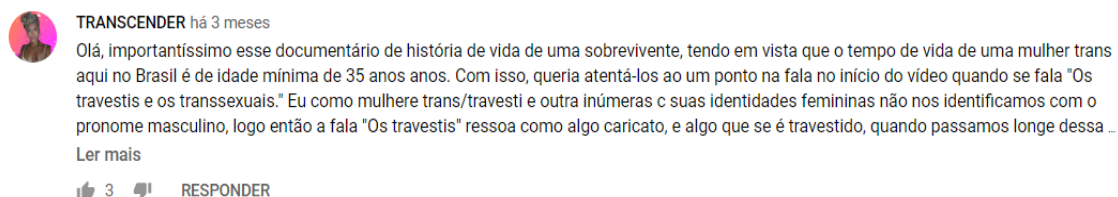


Fonte: YouTube

A experiência relatada por Thais nos convoca a olhar para os espaços de sociabilidade dos corpos transgêneros, que envolvem o direito de aparecer na cena pública. Em seu depoimento, ela conta que, para muitas travestis, a prostituição, além de uma forma de obter recursos financeiros, é também mecanismo de socialização entre elas e suas amigas travestis: “Eu me prostituía para estar no meio das minhas amigas. Eram pessoas inteligentes que não tiveram direito nenhum de se expressar a não ser através do corpo”. Se nas cidades, o direito de aparecer da travesti está localizado nos ambientes de prostituição, nas audiovisuais sobre o Dia da Visibilidade Trans no YouTube, essa produção de saberes e sociabilidade se apropria das funcionalidades da plataforma para constituir outros espaços de coletividade.

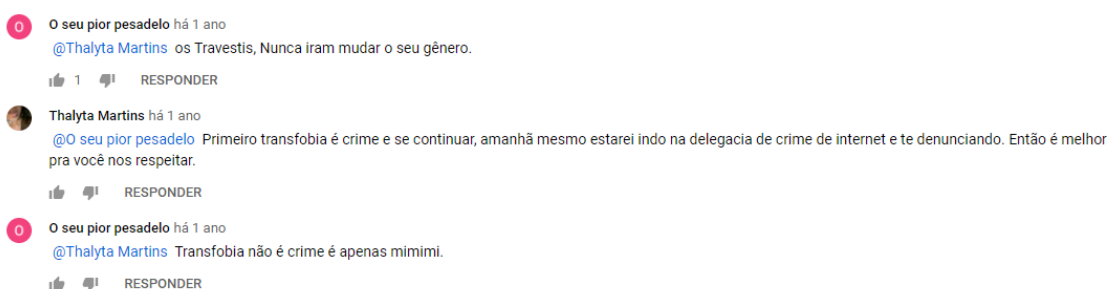
O material audiovisual do Catraca Livre permite examinarmos essa dimensão de partilha de experiências reforçadas pelos usuários na seção de comentários (Imagem 9), quando reconhecem a importância do relato de Thais, que *vence* as estatísticas da expectativa de vida das travestis. Entretanto, os comentários também expõem recusas daqueles que não reconhecem as construções de gênero, e interagem violentamente com palavras de ódio (Imagem 10).

Imagem 9 – Comentário reforça partilha entre produção e consumo



Fonte: YouTube

Imagem 10 – Ataques violentos no vídeo do Catraca Livre



Fonte: YouTube

Entendemos, então, que as corporalidades mediadas por esquemas regulatórios engendrados em relações de poder habilitam corpos como *elegíveis* para aparição, em detrimento de corpos *inelegíveis*, atravessados por processos de abjeção (BUTLER, 2019). A formação de alianças aparece como um instrumento importante para a luta por multiplicidade de modos de existência, como a reivindicada pelo Dia da Visibilidade Trans no Brasil. O *ajuntamento* de corpos no espaço público revela, portanto, um exercício performativo de aparecer que “afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que (...) transmite uma exigência corpórea (...) não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária” (BUTLER, 2019, p. 11).

As corporalidades são aqui entendidas como mediadoras dos códigos culturais e operam essa mediação em performatividades, memórias incorporadas, dissidências e lutas que embaralham o binômio sexo/gênero, reescrevendo o roteiro de visibilidade dessas pessoas. Por isso, entendemos que a reivindicação ao direito de aparecer transgênero se vincula à luta pelo estabelecimento de um lugar para aquelas vidas precarizadas pelo fato de serem vividas à margem da vinculação compulsória sexo/gênero.

Conforme Butler (2019), se a garantia de direitos para um grupo é instrumentalizada para privar esse direito de outros, então precisamos reconhecer que a justiça social é muito mais ampla e não se contém nos termos da lei. Isso não significa negar os direitos constitucionais, significa atravessá-los até chegar a uma “ética de coabitação” (BUTLER, 2019). Ou seja: uma política de alianças que compreende o outro, para além das suas identificações, como um ser humano e que por isso precisa e merece ter o direito de uma vida possível de ser vivida.

Considerações finais

Se tomamos as conjunções e disjunções das experiências vividas em determinados países do Sul

Global, marcados pela modernização tardia e pelos projetos colonizadores, é preciso considerar como os corpos trans re-existem pela ordem do simbólico e do afetivo. Rogério Haesbaert (2021) problematiza os projetos coloniais na perspectiva do corpo ao tomar o território como “território de r-existência”, a partir das relações espaço-poder. Em alguma medida, o YouTube, enquanto ambiência que agrega uma série de roteiros performáticos, torna-se território do corpo trans em aliança que propõe romper, pela via da corporalidade, exercícios de poder, ainda que seguindo roteiros estabelecidos pela norma.

Nos termos de Haesbaert (2021), “corpo-território” nos ajuda a olhar para as experiências corporificadas e generificadas, colocando no centro do debate o comunitário como forma de vida. Os corpos, enquanto nosso primeiro território, revelam “a concretude de inúmeras outras escalas de opressões, de resistências” (HAESBAERT, 2021, p. 175). Nesse sentido, os achados apresentados neste trabalho reforçam como os corpos transgêneros, na produção de saberes para si e para as demais, se aglutinam no espaço público, instaurando o corpo no centro do campo político.

Pensar os corpos trans que habitam as ambiências digitais e o modo como desestabilizam dispositivos de sexualidade, de caráter heteronormativo, cisgênero e colonial, significa assumir que as diversas corporalidades operam dimensões de fronteiras permeáveis e mutáveis, mesmo ainda reguladas pelas hierarquias que determinam os gêneros. O corpo seria uma “significação performativamente ordenada”, porque desorganiza as “noções naturalizadas e reificadas do gênero que dão suporte à hegemonia masculina e ao poder heterossexista” (BUTLER, 2003, p. 60), criando problemas de gênero não por meras estratégias de representação, senão pela mobilização e confusão subversiva.

A partir da imersão às publicações em circulação no YouTube em alusão ao Dia da Visibilidade Trans, vista pela lente metodológica da performance, mobilizamos roteiros, incorporações, arquivos e repertórios, categorias de análise da performance propostas por Taylor (2013), para interpretar disputas por modos de aparecer das transgeneridades. Nesse movimento, a compreensão da data enquanto performance se mostrou produtiva uma vez que possibilitou identificar espaços de interação entre corpos e corpos, relatos de si, modos de encenação e aparição, cenários, cores, enquadramentos de câmera e as narrativas institucionalizadas. Essas corporalidades atualizam os registros (o material arquivado na plataforma) e configuram outros arquivos a partir de seus próprios repertórios, exigindo sentido de existência e de futuro no lugar de estrutura arruinada.

A partir da articulação teórica que propomos com a noção de performatividade (BUTLER, 2003; 2002, 2019), as performances analisadas tornaram visíveis modos de regulação e suas possibilidades de rasuras. Isso porque a performatividade não deve ser interpretada nem como autoexpressão nem como autoapresentação, mas como a possibilidade de dar sentido a termos investidos de poder (BUTLER, 2002,). Nos materiais mapeados no YouTube, disputam-se outros roteiros. As encenações do Dia se mostraram como um caminho para a construção de outras e melhores histórias, ou seja, como um “modo de intervir no mundo” (TAYLOR, 2013, p. 44).

Observamos, assim, como se exhibe um roteiro que responde pela força das institucionalidades no Brasil, mas, em sua dimensão de disputa, opera também micropolíticas cuja “potência de invenção” busca “frear o poder das forças que prevalecem (...), aquelas que compõem de corpos que tentam cafetinar a pulsão vital alheia” (ROLNIK, 2018, p. 39). Ao se apropriarem das gramáticas do audiovisual e da plataforma, conectam-se produtores e consumidores pelo sentido de coletividade, articulando redes de engajamentos identitários (MOTA JUNIOR e GUTMANN, 2020). A circulação desses audiovisuais em rede engloba dinâmicas produtivas e trajetórias de leituras ligadas a gostos, condições e hábitos do consumo cultural e midiático em um nexos simbólico. Os espaços de partilha não estão livres, porém, das violências históricas que conformam as experiências trans. Como mostramos, também expõem ataques às dissidências sexuais e de gênero vistos em inúmeros comentários de ódio.

Nessa perspectiva, consideramos que este estudo pode auxiliar no entendimento das transformações que interligam processos audiovisuais e as disputas de transgeneridades no país, propondo

aportes teórico-metodológicos para os estudos de gênero e comunicação, bem como contribuições para o debate público sobre o tema. Ressalta-se, ainda, o compromisso social da academia na construção e circulação desse conhecimento entre as pessoas trans. Isso porque, mais do que uma luta identitária, reivindica-se viver e habitar os trânsitos, algo que os estudos *queer* concebem como “monstruoso” e que Bento (2017) denomina de “transviado”, nos termos de uma ética política (MUÑOZ, 1999) e de uma aliança (BUTLER, 2019).

Levando em consideração as materialidades dos produtos, suas dimensões estéticas, políticas e discursivas, buscamos, com este trabalho, construir contextos mais amplos pelos quais fosse possível compreender como a demanda corporal, que se localiza no direito de aparecer, reivindica um conjunto plural de corpos que se reúnem em alianças potenciais (BUTLER, 2019). Olhar o YouTube como espaço no qual reivindica-se aparecimento nos mostrou contradições e ambiguidades que conformam visibilidades para os corpos dissidentes na plataforma. Entretanto, pela perspectiva de uma ética política, configuram-se narrativas e saberes transgêneros que reforçam alianças e engajamentos identitários nos espaços de partilha. Nos referimos a uma trama de corpos que disputa outros roteiros sobre uma ética de coabitação em que o direito de existir e aparecer seja garantido a todas, todes e todos.

Referências

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara N. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular/ANTRA/IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BIANCARELLI, Aureliano. Travestis têm primeira campanha dirigida contra Aids. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2004. Seção Cotidiano. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u90498.shtml. Acesso em: 2 abr. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida (Org.). **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

DIAS, Morena Melo. **“Eu aceito o laço em minha vida”? Articulações entre gênero musical e identidade de gênero**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

DIAS, Juarez Guimarães et al. Mosaico da viadagem: disputas e conflitos em torno de uma textualidade performático-midiática. **Esferas**, v.1, n.20, p. 45-62, junho 2021. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/12368>. Acesso em: 08 mar. 2022.

GUTMANN, Juliana Freire. **Audiovisuais em Rede: derivas conceituais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

GUTMANN, Juliana Freire et al. Gênero midiático, performance e corpos em trânsito: uma análise sobre dissidências da conversação televisiva em canais no YouTube. **Galáxia (Online)**, Especial 1, ago. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Buenos Aires/Niterói: CLACSO/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2021. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio

de Janeiro: Ed. Cobogó, 2020.

LEAL, Bruno; ANTUNES, Elton. Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e comunicação. **Anais eletrônicos do XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 11 a 14 de junho de 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Tudo o que sabemos, sabemo-lo entre todos”, “Aquela segunda oportunidade sobre a Terra”: algumas palavras para não faltar completamente. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 1, p. 4-6, jun. 2014.

MENDONÇA, Carlos et al. Corpos incômodos: textualidade, educação e experiência comunicacional nas práticas de ódio contra a população LGBTQ+. **Anais eletrônicos do XXX Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 27 a 30 de julho de 2021.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOTA JUNIOR, Edinaldo; GUTMANN, Juliana. #EstamosVivas: corpos travestis em performances no videoclipe Oração de Linn da Quebrada. **Esferas**, v. 10, n. 19, p. 13-23, set./dez. 2020.

MOTA JUNIOR, Edinaldo. Sereias do asfalto, bonecas e outras bichas: apontamentos sobre cenas transviadas e violências de gênero no Brasil. **Methaodo**, v. 10, n. 1, p. 102-117, 2022.

MUÑOZ, José Estebán. **Disidentifications**: queers of color and the performance of politics. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

PEREIRA DE SÁ, Simone; POLIVANOV, Beatriz. B. Auto-reflexividade, coerência expressiva e performance como categorias para análise dos sites de redes sociais. **Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 574-596, 2012.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**: políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

ROCHA, Rose de Melo; REZENDE, Aline da Silva Borges. Diva da Sarjeta: ideologia envidescida e blasfênea pop-profana nas políticas de audiovisualidade da travesti paulistana Linn da Quebrada. *In*: ROCHA, Rose de Melo (Org). **Artivismos musicais de gênero**: bandivas, travestis, gays, drags, trans, não-binários. Salvador: Devires, 2021.

ROCHA, Rose de Melo (Org). **Artivismos musicais de gênero**: bandivas, travestis, gays, drags, trans, não-binários. Salvador: Devires, 2021.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, Jéssica. Neon Cunha, ativista trans: ‘Lembro de gente morta com tiro na testa, com a cabeça debaixo de coturno de policial’. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 2 mar. 2021. Pluralidades, Disponível em: <https://ponte.org/neon-cunha-ativista-trans-lembro-de-gente-morta-com-tiro-na-testa-com-a-cabeca-debaixo-de-coturno-de-policial/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

SOARES, Thiago. Acionamentos geopolíticos num show de música pop em Cuba. **Galáxia**, n. 33, p. 171-183, 2016.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies**: an introduction. New York: Routledge, 2006.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

VIEIRA, Helena; BAGAGLI, Bia Pagliarini. Transfeminismo. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018. p. 207-230.

YU, Wendi. É tudo nosso: um relato trans a partir de relatos de pessoas trans no YouTube. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal da Bahia, 2017.

YU, Wendi et al. Amar é suficiente? Afetos e gênero nas disputas por legitimidade e tradição em AmarElo – É tudo pra ontem. **Anais eletrônicos do XXX Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 27 a 30 de julho de 2021.

XAVIER, Luciana et al. Performatividade de gênero na música popular periférica. *In*: PEREIRA DE SÁ, Simone; POLIVANOV, Beatriz; EVANGELISTA, Simone. (Orgs.). **Música, Som e Cultura Digital**: perspectivas comunicacionais brasileiras. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016. p. 85-100.

Morena Dias é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Póscom-UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. Pesquisadora do CHAOS - Grupo de Pesquisa Cultura Audiovisual, Sensibilidades e Historicidades e do TRACC - Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edinaldo Araujo Mota Junior é doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Póscom-UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. Pesquisador do CHAOS - Grupo de Pesquisa Cultura Audiovisual, Sensibilidades e Historicidades e do TRACC - Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Juliana Freire Gutmann é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Póscom-UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia da UFBA. Coordena o Grupo de Pesquisa Cultura Audiovisual, Historicidades e Sensibilidades (CHAOS) e é pesquisadora docente do Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação (TRACC). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.